



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Departamento Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural

Rua Direita, nº 361, Centro, CEP 33.010-000 – Santa Luzia/MG.

PARECER TÉCNICO 037/2022/SECULT-DMDPC

I) INTRODUÇÃO

O presente parecer do Departamento Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural (DMDPC) fundamenta-se na atribuição do DMDPC de elaborar estudos e pareceres de avaliação de impactos ao patrimônio cultural¹ com vistas a subsidiar o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) a apreciação de um processo de emissão de Autorização de Movimentação de Terra e Entulho.

Abaixo, os dados do requerente:

Requerente: Amplia Engenharia Ltda

Local de intervenção: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 420, lote 07 da quadra 32 do bairro Boa Esperança

Processos: Não localizado nos arquivos enviados

II) JUSTIFICATIVA

O documento autorizativo em comento, a saber, Autorização de Movimentação de Terra e Entulho é passível de anuência prévia por parte do COMPAC por estar a menos de 200 metros de bem tombado ou inventariado cujo instrumento de acautelamento não estabeleceu limite do entorno de proteção.

Neste caso, o empreendimento é contíguo ao perímetro da Fazenda Boa Esperança e está a cerca de 280 metros da Casa Sede. Necessário assinalar que sobre o perímetro da fazenda recai as obrigações pactuadas no bojo dos Inquéritos Civis 0245.09.000021-8 e 0245.13.000682-9 que, dentre outras, está a implantação de

¹ Art. 70 Fica criado o Departamento Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural - DMDPC, destinado a cuidar das questões do patrimônio cultural do município, subordinado à Secretaria Municipal da Cultura ou seu equivalente.

[...]

§ 2º São funções do DMDPC:

[...]

II - **Elaborar estudos e pareceres**, bem como organizar vistorias ou quaisquer outras medidas destinadas a instruir e encaminhar os processos de tombamento ou de **avaliação de impactos ao patrimônio cultural**;

Aluago Cristiano Serafim
Página 1 de 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Departamento Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural

Rua Direita, nº 361, Centro, CEP 33.010-000 – Santa Luzia/MG.

uma Unidade de Conservação Municipal de Proteção Integral sob a designação de Parque Natural Municipal Fazenda Boa Esperança



Figura 1 Mapa de localização do imóvel para o qual pretende-se obter o documento autorizativo sob exame. Em vermelho, o lote, em amarelo, a área que diz respeito ao entorno de proteção a que faz referência o art. 3º da DN COMPAC 001/2021. O ponto verde é a sede da Fazenda Boa Esperança. **Fonte:** Adaptado pelo autor a partir do QGIS.

O processo em comento foi enviado para apreciação pelo COMPAC pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) por meio da CI 1.644/2022/SEDUH.

O encaminhamento atendeu ao disposto no art. 75 da Lei 3.978/2018 o qual dispõe que o COMPAC se pronunciará atendendo à solicitação do órgão competente da Prefeitura.

III) BASE DE DADOS

Foi apresentada pela consulente a seguinte documentação:

- 1) Levantamento Planialtimétrico do lote sob intervenção, em formato PDF e DWG
- 2) Planta Geral da Terraplenagem, compostas pela planta, Perfil do Eixo, Tabela de Volume, em formato PDF e DWG
- 3) Seção Transversais , em formato PDF e DWG
- 4) Contrato social da empresa requerente

Milagro Cristiano Serafim
Página 2 de 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Departamento Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural

Rua Direita, nº 361, Centro, CEP 33.010-000 – Santa Luzia/MG.

- 5) Documento de responsabilidade técnica (ART) referente ao serviço de levantamento planialtimétrico, assinado pelo proprietário da empresa requerente e pelo responsável técnico.
- 6) Documento de responsabilidade técnica (ART) referente ao serviço de projeto de terraplenagem, assinado pelo proprietário da empresa requerente e pelo responsável técnico.
- 7) Documento de responsabilidade técnica (ART) referente ao serviço de execução projeto de terraplenagem, assinado pelo proprietário da empresa requerente e pelo responsável técnico.
- 8) Matrícula do imóvel em que se pretende realizar a intervenção. Destaca-se que na matrícula o imóvel não está em propriedade da empresa requerente.
- 9) Documento de identificação dos proprietários da empresa requente.
- 10) Requerimento para Autorização de Movimentação de Terra e Entulho devidamente preenchido e assinado
- 11) Itinerário previsto com o número de viagens assinado por um dos proprietários da empresa requente.
- 12) Licença Ambiental vigente para o desenvolvimento de atividade de Aterro de Resíduos Classe A emitida para MAD Ambiental Ltda
- 13) Cópia do comprovante de CNPJ da MAD Ambiental Ltda
- 14) Alvará de Localização e Funcionamento emitido para MAD Ambiental Ltda

Necessário pontuar que não constou na listagem de documentos enviados Carta de Aceite emitido de MAD Ambiental Ltda para Amplia Engenharia Ltda

IV) ANÁLISE

Como adiantado na introdução, se trata de parecer a respeito de apreciação de um processo de emissão de Autorização de Movimentação de Terra e Entulho, situado Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 420, lote 07 da quadra 32 do bairro Boa Esperança.

Aluago Cristiano Serafim
Página 3 de 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Departamento Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural

Rua Direita, nº 361, Centro, CEP 33.010-000 – Santa Luzia/MG.

Tramita para o mesmo endereço o processo 1.550/2022-SEDUH/SL destinado a obtenção de Alvará de Construção (Aprovação Inicial). Necessário destacar que o art. 12 do Decreto 3.959/2022 dispõe que *para a movimentação e tráfego de terra e matéria orgânica decorrentes de implantação de edificação, o procedimento administrativo e a autorização estarão contidos no processo de obtenção do Alvará de Construção, nos termos da Lei Complementar nº 3.615, de 2014.*

A análise concomitante da terraplenagem e da edificação civil é exatamente benéfica pois apenas nessa hipótese é que os conselheiros terão prévia ciência de eventuais construções que poderão impedir ou reduzir a visibilidade de coisa tombada

V) CONCLUSÃO

Considerando os argumentos trazidos anteriormente este parecerista manifesta-se desfavorável à concessão de anuência pelo COMPAC, exclusivamente para o atendimento ao disposto nas alíneas b e c do art. 75 da Lei 3.978/2018, além do art. 9 da DN COMPAC 001/2020, do Autorização de Movimentação de Terra e Entulho para o empreendimento sob exame.

O presente parecer, emitido em 16 de novembro de 2022, é composto por 44 páginas
todas rubricadas e a última assinada

Thiago Cristiano Serafim

Thiago Cristiano Serafim

Arquiteto e Urbanista

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo | Departamento Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural

Thiago Cristiano Serafim